

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA EM DEBATE

Daniela Rodrigues Lobo Amurim - Autora
Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues - Orientador

Lobo, Daniela. **A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA EM DEBATE.** Ano do depósito. Artigo (Licenciatura em Educação Profissional) — Instituto Federal de Brasília, Brasília, ano da defesa de 2023.

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar a concepção de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil em documentos recentes de grande importância nas definições das políticas públicas de ensino. Objetivo Geral Investigar a função social da EPT, em perspectiva histórica e contemporânea, a partir do referencial epidemiológico presente na literatura. Objetivos específicos Identificar qual o papel da EPT em seus primórdios e na atualidade; Explicitar como a EPT atua socialmente nos processos formativos humanos e quais suas finalidades no supracitado processo. Este estudo tem como principais referenciais a professora Jaqueline Moll (2010), assim como os teóricos Frigotto (2005), Ramos (2005) e Ciavatta (2005). A pesquisa é estruturada sob a abordagem da pesquisa bibliográfica, explorando as contribuições desses referenciais para a compreensão e análise do tema em questão. Sob uma perspectiva histórica, destaca as diversas concepções de formação que moldaram esse campo educacional, evidenciando as influências das abordagens tecnicistas e da busca por uma formação profissional mais humanista e integral. A pesquisa realizada é uma análise crítica das transformações na EPT, considerando não apenas as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, mas também as oscilações nas políticas públicas que impactaram essa modalidade educacional. Enfatizando a importância da base teórica na formação dos educandos e a necessidade de políticas que promovam a constante capacitação e valorização dos profissionais envolvidos. Com base nessas análises, esse artigo buscou compreender como a EPT tem enfrentado os desafios contemporâneos, preparando os educandos para o mundo do trabalho em constante transformação. Por fim, o debate sobre as perspectivas futuras da EPT vai além das exigências imediatas do mercado, considerando seu papel fundamental na formação cidadã e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, para a compreensão do cenário atual da EPT no Brasil.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; transformações; perspectivas.

Data de aprovação: 13/12/2023

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Paulista. Graduanda em Licenciatura em EPT pelo Instituto Federal de Brasília. E-mail: danielarodrigueslobo@gmail.com.

** Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Graduado em Pedagogia pela Universidade de Brasília. E-mail:rodrigo.guimaraes@ifb.edu.br.

1 - INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil revela-se como um campo educacional dinâmico, essencialmente ligado a diversas concepções de formação ao longo do tempo. Destaca-se uma abordagem tecnicista, historicamente centrada em uma formação externa para atender às demandas dos arranjos produtivos e ao modelo econômico, priorizando o mercado de trabalho. Simultaneamente, surge uma busca contínua por uma formação profissional humanista, unitária ou, sobretudo, com uma visão de politecnicidade, visando a uma formação integral do ser humano.

Nesse ponto, faremos, mais uma vez, a defesa de um projeto de ensino médio que integre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva de uma formação unitária, politécnica e omnilateral. A possibilidade de o ensino médio preparar os estudantes para o exercício de profissões técnicas, por sua vez, corresponde ao reconhecimento de necessidades concretas dos jovens brasileiros, de se inserirem no mundo do trabalho. (Moll, 2010, p.44).

A história da EPT é marcada por contradições, expressas em defesas, adesões, compromissos e redefinições por meio de políticas públicas em constante evolução. A influência de diversos agentes, emergindo em momentos específicos da linha do tempo, moldou o cenário educacional, apresentando desafios e transformações que exigem análises aprofundadas. Este artigo propõe uma reflexão sobre os desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, explorando as mudanças ao longo do tempo e a capacidade de adaptação diante das oscilações nas políticas públicas. Além disso, destaca a importância da base teórica na formação dos educandos e da definição de políticas que busquem a constante capacitação e valorização dos profissionais envolvidos nesse campo educacional. (Moll, 2010)

Ao enfrentar os desafios da EPT, é essencial compreender não apenas as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, mas também as nuances nas políticas públicas que influenciaram sua trajetória. A adaptação contínua e a incorporação de diversas perspectivas surgem como elementos cruciais para atender às demandas contemporâneas, preparando os educandos para o mundo do trabalho em constante evolução. Nesse contexto, a aquisição de concepções teóricas sólidas pelos educandos e a formulação de políticas públicas que busquem a constante capacitação e valorização dos profissionais destacam-se como pilares fundamentais para uma Educação Profissional e Tecnológica de qualidade. Estas não apenas contribuem para a excelência do ensino, mas também desempenham um papel significativo na preparação eficaz dos alunos para os desafios e exigências do mundo do trabalho contemporâneo.

Visando a importância crucial da interação entre teoria e prática, aliada à política educacional, para criar uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que atenda de maneira eficaz às demandas sociais e econômicas do Brasil atual. Essa abordagem deve estar em sintonia não apenas com as urgências econômicas, mas também com as necessidades sociais, promovendo uma visão holística que responda aos desafios e aspirações do Brasil atual.

2 - O PERCURSO HISTÓRICO DA EPT NO BRASIL

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é marcada por uma evolução expressiva ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas demandas do mundo do trabalho e na sociedade em geral. Marcos histórico da EPT, destacando o contexto brasileiro. A Educação Profissional e Tecnológica teve sua origem na criação do Colégio de Fábricas em 1809, quando o príncipe regente Dom João, após a chegada da família real ao Brasil, revogou o alvará de 5 de janeiro de 1785, que impedia o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no país. Conhecido também como Casa do Antigo Guindaste, o Colégio das Fábricas recebeu sua primeira regulamentação por meio do decreto de 23 de março de 1809, que oficializou a instituição como um centro de educação técnica e profissional.

A primeira notícia de um esforço governamental em direção à profissionalização data de 1809, quando um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras. (Brasil, 1999 - Parecer nº 16/99-CEB/CNE).

O propósito principal era atender à crescente demanda por profissionais qualificados diante da expansão industrial e comercial que se iniciava no Brasil naquele período. Essa iniciativa representou um marco significativo, proporcionando uma resposta educacional específica para as necessidades da época, enquanto estimulava o desenvolvimento de uma mão de obra qualificada em consonância com os avanços industriais e comerciais emergentes.

O público alvo referido era o considerado desdito da riqueza que, por essa condição, estava 'sem horizontes', à margem da sociedade e desvinculado dos setores produtivos, engrossando um grupo urbano periférico obstaculizador do desenvolvimento do país e causador de medo (Kunze, 2009, p. 14-15).

Em 1909, quase cem anos após o surgimento do sistema educacional voltado para a indústria, testemunhamos um marco significativo com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (um total de 19 unidades) em todo o território brasileiro, por meio do decreto nº 7.566, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Essas escolas foram concebidas com o propósito de capacitar tecnicamente e intelectualmente as classes proletárias, representando uma notável iniciativa na história da educação para indivíduos de baixa renda.

Dentro de um contexto social desafiador, muitas pessoas se encontravam desempregadas, resultando na falta de moradia e levando-as a viver nas ruas das capitais brasileiras. Diante desse cenário complexo, as autoridades se viram obrigadas a tomar medidas para conter o aumento da criminalidade. Essa iniciativa não apenas abordou as necessidades educacionais das classes menos privilegiadas, mas também se tornou uma resposta crucial aos desafios sociais emergentes da época.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil se revela como um caminho educacional dinâmico, intrinsecamente ligado a várias ideias sobre a formação ao longo do tempo. Destaca-se uma visão tecnicista, historicamente focada em uma preparação voltada para atender às necessidades dos diferentes setores produtivos e ao modelo econômico, dando prioridade ao mercado de trabalho. Essa abordagem tecnicista, ao longo dos anos, priorizou o

desenvolvimento de habilidades técnicas e competências imediatamente aplicáveis no ambiente profissional, buscando atender às exigências imediatas do setor produtivo.

A reforma proposta implicava “abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento”, dizia a mensagem do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enviada com o projeto que daria origem à Lei 5.692.

O ministro — senador licenciado — também afirmava que a reforma possibilitaria o abandono do ensino “meramente propedêutico” (preparatório para o ensino superior) para dar terminalidade à escola de 2º grau, formando “os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública”.

A terminalidade a que se referia o ministro significava que o aluno, ao se qualificar como técnico ou auxiliar, poderia dar por encerrados os estudos e entrar no mercado de trabalho. (Fonte: Agência Senado, 2017).

Ao mesmo tempo, surge uma busca contínua por uma formação profissional humanista, integral e, acima de tudo, com uma perspectiva de politecnicidade, visando a uma formação completa do trabalhador, considerando-o como pessoa em sua totalidade. Uma formação humanista na EPT visa não apenas atender às demandas do mercado, mas também cultivar o enriquecimento do indivíduo como cidadão, promovendo valores éticos e morais.

A perspectiva de politecnicidade, por sua vez, procura proporcionar uma formação que ultrapasse as fronteiras das disciplinas, permitindo que o trabalhador desenvolva uma compreensão abrangente e interdisciplinar, preparando-se para os desafios complexos do ambiente profissional contemporâneo. Essas duas abordagens distintas refletem a diversidade e complexidade intrínsecas à EPT no Brasil, enfatizando a necessidade de uma abordagem equilibrada que integre aspectos técnicos e humanistas para formar profissionais competentes e cidadãos conscientes.

3 - AVANÇOS INSTITUCIONAIS

Desde então, a estrutura da Rede Federal de Educação foi ampliada significativamente em apenas três ocasiões, por meio da incorporação de novas unidades de ensino. A Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, promoveu uma mudança substancial ao transferir para entidades estaduais, municipais ou privadas a administração de futuras unidades, eliminando a dependência administrativa federal direta. (Brasil, 1998).

Conforme estabelecido pela Lei nº 8.948/94 e suas alterações pela Lei nº 9.649/98, o investimento federal limitou-se à construção e equipamento de escolas profissionais. A responsabilidade pelos custos operacionais e manutenções regulares das instituições passou a ser das entidades conveniadas.

Foi apenas em 2005, com a promulgação da Lei nº 11.195, que a União retomou as iniciativas para estabelecer novas unidades de ensino técnico e agrotécnico. Essa retomada foi garantida por duas medidas consecutivas: a aprovação de um crédito extraordinário de R\$ 57 milhões para o Ministério da Educação (Lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005) e, em 26 de janeiro de 2006,

a sanção presidencial do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. (Brasil, 2005).

Podemos destacar que através dessas medidas a política de educação profissional compreendeu todo território brasileiro, e gerou um grande desenvolvimento econômico do país, através da formação para o trabalho por meio de uma educação para essa finalidade. Em análise mais aprofundada desenvolvida por estudiosos como Ciavatta e Ramos (2011), Kuenzer (1994) e Moura (2007) apontaram que essa forma de educação contribuiu para mostrar a grande diferença existente entre a formação da classe trabalhadora e a da classe burguesa do país.

Após inúmeras transformações no cenário educacional do Brasil, é óbvio que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) emergiu como uma resposta destinada às pessoas menos favorecidas, impulsionada por reformas políticas externas com o propósito de aprimorar e expandir a Educação Profissional, preparando os cidadãos para atender às demandas do mercado de trabalho. A concepção inicial era que a EPT pudesse representar um meio de superação das barreiras sociais e econômicas, proporcionando a todos os indivíduos, independentemente de sua origem, como ferramentas essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

No entanto, contrastando com essa perspectiva positiva, vários períodos críticos, especialmente durante o regime militar nos anos 70, nos quais a EPT foi instrumentalizada para manter a estrutura social existente. Nesse contexto, a educação profissional era direcionada predominantemente para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade, enquanto os mais privilegiados tinham acesso a outras modalidades educacionais de níveis superiores. Esse projeto revelou uma visão mais unitária e totalitária, na qual a educação e o trabalho foram concebidos como instrumentos de controle social e de preservação do status quo, agravando a disparidade entre ricos e pobres.

Já o segundo grupo de teorias concebe a sociedade como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção da vida material. Nesse quadro, a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade. (Saviani, 2012, p. 04).

Essa abordagem reforçou a percepção de que os mais abastados continuavam a prosperar, enquanto os menos favorecidos permaneciam em suas condições precárias, destacando uma lacuna na busca por equidade e inclusão social. A urgência atual reside, portanto, em redefinir e fortalecer a EPT como um instrumento eficaz para promover oportunidades igualitárias, garantindo que sua implementação não apenas prepare os indivíduos para o mundo do trabalho, mas também contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4 - O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA PROFISSIONAL: A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO EM ANÁLISE

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sua origem no Brasil, marcada por uma característica distintiva: a concepção inicial da separação entre

duas vertentes. De um lado, existe uma ideia de uma educação voltada às elites brasileiras, focada em uma formação humanística e generalizada, direcionada principalmente para os bacharéis. Por outro lado, a educação profissional surge como resposta a essa divisão, destinando-se aos filhos de escravizados, negros e mestiços, proporcionando a essas comunidades uma formação profissional, voltada para habilidades específicas.

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para sobreviver, surge uma educação diferenciada. É aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a (Saviani, 2015, p. 152).

Embora exista essa diferenciação inicial de desigualdade é importante notar que, ao longo do tempo, ocorreram mudanças. Uma transformação significativa ocorreu em 2008 com a promulgação da Lei 11.892, que circulou pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses institutos, conhecidos por sua relevância, são legalmente orientados a oferecer prioritariamente 50% das vagas para o ensino técnico integrado ao Ensino Médio. Este marco representa uma revolução na concepção da educação profissional e técnica no Brasil, indo ao encontro de uma abordagem mais inclusiva e abrangente. (Brasil, 2008).

Com a Lei 11.892, os Institutos Federais se tornaram parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, desencadeando transformações significativas. Essas mudanças redefiniram o propósito da educação, especialmente para os filhos do proletariado, que passaram a não apenas adquirir habilidades técnicas, mas também a explorar horizontes mais amplos. (Brasil, 2005).

A partir desse marco, a educação profissional evoluiu para abranger não apenas o aprendizado de ofícios, mas também ofereceu a oportunidade de explorar movimentos culturais, artísticos e científicos. A educação profissional passou a ser encarada de maneira integral, considerando todos os aspectos de sua humanidade. A formação passou a ser mais abrangente, rompendo com a ideia de direcionar alguns para os bacharéis e outros para formações meramente profissionais pré-determinadas. (Brasil, 2008).

A partir de 2008, os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica adotaram uma abordagem mais holística, afastando-se da vertente que visava apenas ensinar um ofício aos filhos dos trabalhadores, proporcionando-lhes não apenas uma profissão, mas uma formação abrangente que regulamenta o potencial e as aspirações individuais, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e capacitada.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (Saviani, 2007, p. 154).

Quando se refere a uma escola unitária, que elimina a separação entre disciplinas, permitindo que o indivíduo seja treinado, formado e construído para se destacar independentemente da profissão escolhida, busque-se uma visão abrangente que transcende a falta de opções. Deseja-se que esse sujeito, seja ele operário da construção civil ou de qualquer outra área, possa conhecer não apenas as especificidades de sua profissão, mas também ter acesso a conhecimentos sobre o Renascimento, movimentos pós-modernos e poesia.

A proposta é romper com a ideia de que o indivíduo está condenado pela profissão ou pela situação social a que está indicado. Uma formação almejada não visa apenas evitar a mistura entre classes sociais, mas busca proporcionar uma formação integral, ensinando o estudante de forma completa. Ele pode aprender um ofício, mas também deve ter a oportunidade de explorar artes, sociologia, economia e outros campos do conhecimento. É nesse sentido que os Institutos Federais desempenham um papel de grande importância ao oferecerem ensino técnico integrado.

A reflexão sobre a qualidade do ensino também se torna fundamental. É crucial que os estudantes, ao aprenderem suas profissões, estejam impregnados de um pensamento crítico. A questão de equilibrar quantidade e qualidade, especialmente nos cursos integrados, torna-se relevante. Não se trata apenas de oferecer muitos cursos, mas de garantir a qualidade do ensino, promovendo uma formação que vai além da simples acumulação de informação, incentivando uma reflexão profunda e crítica sobre o conhecimento adquirido.

A escola profissional desempenha um papel de suma importância ao servir como crucial entre a educação e o mercado de trabalho. Não se limita apenas a fornecer conhecimentos técnicos e habilidades práticas essenciais para o exercício de uma profissão, mas também desempenha um papel fundamental na formação integral do aluno, preparando-o para ser um cidadão consciente e ativo na sociedade.

A educação profissional busca estar sintonizada com as demandas do mundo do trabalho, atualizando a capacitação do indivíduo. Nesse processo, não se restringe apenas à transmissão de competências técnicas, mas também se empenha em inculcar valores éticos e morais, promovendo a inclusão e o respeito mútuo.

Atualmente, há um “novo mundo” e este requer duas grandes características do sistema educacional: a educação geral para todos – condição essencial para a sobrevivência do país e a integração entre a educação geral e a preparação para o mercado de trabalho. Esse novo mundo emerge da conjugação de dois processos que ainda estão em curso. [...]. Portanto, a educação passa a ter um papel essencial para que essas

transformações não se façam marginalizando as pessoas. Papel este totalmente diferente daquele que temos até agora oferecido. (Souza, 1999, p.20).

O autor argumenta que os processos educativos têm como objetivo principal formar cidadãos engajados na defesa de seus direitos e na busca pela superação da alienação no âmbito do trabalho. Nesse contexto, a educação assume um histórico significativo e eficaz quando está atrelada a uma nova concepção de desenvolvimento e a uma abordagem renovada do trabalho, guiada pela valorização da prática da ciência, tecnologia e do processo produtivo. O autor afirma que, ao longo da evolução da educação em cada sociedade, a pergunta fundamental "para que estou sendo educado?" sempre esteve presente. A resposta a essa indagação varia em diferentes períodos e contextos sociais.(Souza, 1999).

5 - POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EPT CONTEMPORÂNEA

A formação técnica e profissional desempenha um papel vital ao equipar os alunos com habilidades essenciais para ingressarem no mercado de trabalho em diferentes setores da economia. Esses cursos não apenas são fundamentais para o crescimento econômico, mas também atendem à necessidade de um novo tipo de trabalhador exigido pelo padrão neoliberal de desenvolvimento global e nacional.

A necessidade de formação de um novo tipo de trabalhador e de homem, requerida também pelo novo padrão neoliberal de desenvolvimento mundial e nacional, exigia mudanças nos papéis sociais da educação e, conseqüentemente, na natureza e na organização do sistema educacional brasileiro neste final de século (Neves, 1999, p. 134).

É crucial envolver os alunos desde o início em atividades relevantes para suas futuras carreiras. Essas experiências não só proporcionam uma visão mais abrangente e informada das possíveis trajetórias profissionais, mas também são fundamentais para o desenvolvimento de competências técnicas e acadêmicas. Essa prática ajuda a cultivar habilidades essenciais para a empregabilidade, preparando os alunos para enfrentar com confiança e competência os desafios do mercado de trabalho.

Apesar dos desafios complexos que permeiam a educação profissional no Brasil, vislumbra-se um terreno propício para avanços, especialmente ao redefinir a educação profissional alinhando-a de maneira mais moderna com as tendências de inovação tecnológica. Essa abordagem não apenas enriquece a perspectiva histórica do bem-estar social, mas também impulsiona o progresso social de maneira mais ampla.

Uma análise crítica e realista da situação atual pressiona por mudanças, sem abrir mão do idealismo essencial à missão dos educadores. As recentes transformações nas políticas de educação profissional convidam a enfrentar e superar desafios estruturais persistentes, desbloqueando o verdadeiro potencial da educação profissional para desempenhar um papel ainda mais crucial no cenário educacional brasileiro.

A superação desses desafios e a plena capitalização das oportunidades disponíveis são essenciais para moldar uma Educação Profissional e Tecnológica que responda efetivamente às exigências do mundo moderno. Essa abordagem é decisiva para fomentar o crescimento pessoal e profissional dos alunos, tanto no presente quanto no futuro. Políticas públicas assertivas são imprescindíveis, garantindo não apenas o acesso, mas também a continuidade dos estudantes nos cursos, proporcionando um ensino que esteja em constante evolução, preparando os alunos para serem protagonistas em suas áreas de atuação.

Três valores, no nosso entender, estão subjacentes à Educação Tecnológica: responsabilidade, liberdade e autonomia. Saber desenvolvê-los e cultivá-los é uma tarefa da educação, mas por certo será uma tarefa bem maior de todos que, produzindo, inventando, inovando a tecnologia, sejam capazes de formar um cidadão crítico e consciente para fazer a história de seu país bem mais desenvolvido e humano. (Grinspun, 1999, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil se revela como uma trajetória dinâmica, intrinsecamente conectada a diversas concepções de formação ao longo do tempo. Inicialmente, observamos uma abordagem tecnicista, focalizada na preparação para atender às demandas do mercado de trabalho, delineando uma formação externa alinhada ao modelo econômico. Contudo, em paralelo, emerge a busca incessante por uma formação profissional humanista, integral e com uma perspectiva de politécnica, visando à completa formação do trabalhador como ser humano.

Em última análise, este estudo lança luz sobre a necessidade premente de transformação no panorama educacional brasileiro. A dualidade persistente, destacada entre uma formação propedêutica para os privilegiados e uma formação profissionalizante para os menos favorecidos, revela um ciclo de desigualdade que permeia as políticas educacionais. A consolidação de uma sociedade dividida reflete não apenas nas oportunidades de aprendizado, mas também na estrutura social como um todo.

A história da EPT é pontuada por contradições, refletindo defesas, adesões, compromissos e redefinições por meio de políticas públicas em constante evolução. A influência de diversos agentes ao longo do tempo moldou o cenário educacional, apresentando desafios e transformações que demandam análises aprofundadas. Este artigo propôs uma reflexão sobre os desafios da EPT, explorando as mudanças ao longo do tempo e a capacidade de adaptação diante das oscilações nas políticas públicas. Além disso, destaca a importância da base teórica na formação dos estudantes e da formulação de políticas que promovam a formação contínua e a valorização dos profissionais envolvidos nesse campo educacional.

Ao enfrentar os desafios da EPT, torna-se imperativo compreender não apenas as transformações sociais, econômicas e tecnológicas, mas também as complexidades intrínsecas às políticas públicas que moldaram seu percurso. A adaptação contínua e a inclusão de diversas perspectivas surgem como elementos

cruciais para atender às demandas contemporâneas, preparando os educandos para o mundo do trabalho em constante evolução.

Nesse contexto, a aquisição de bases teóricas sólidas pelos educandos e a formulação de políticas públicas voltadas para a constante capacitação e valorização dos profissionais emergem como pilares fundamentais para assegurar uma EPT de qualidade. Esses elementos não apenas contribuem para a excelência do ensino, mas também desempenham um papel significativo na eficaz preparação dos alunos para os desafios e requisitos do mundo do trabalho contemporâneo.

A interação entre teoria e prática, aliada à política educacional, é crucial para a criação de uma educação profissional e técnica (EPT) que atenda efetivamente às necessidades da sociedade e da economia brasileiras atuais. As conversas sobre o futuro deste modelo educacional precisam ir além das demandas imediatas do mercado para abranger o papel da EPT na formação de cidadãos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, adaptada às necessidades sociais e econômicas contemporâneas do Brasil.

A trajetória histórica da EPT no Brasil destaca não apenas a evolução das práticas educacionais, mas também a necessidade premente de enfrentar os desafios sociais e econômicos do país. A busca por equidade e inclusão social, aliada à constante evolução das políticas educacionais. Concluimos, assim, que a EPT é um instrumento poderoso para moldar não apenas profissionais qualificados, mas também cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Câmara dos Deputados. Lei n.º 4.759, de 20 de agosto de 1965.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 out. 2023.
- BRASIL, **Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades.** Ministério da Educação Secretaria de Brasília – 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. Acesso em 02 out. 2023.
- BRASIL, **Educação Profissional e Tecnológica: Série histórica e avanços institucionais 2003-2016.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 08 out. 2023.
- BRASIL. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Disponível em: [http://Ministério da Educação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://Ministério da Educação - Ministério da Educação (mec.gov.br)). Acesso em: 30 out. 2023.
- BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BRASIL, **Ministério da Educação. Concepções e Diretrizes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC,** 2010. Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=50. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL, **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 1999.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.
- BRASIL, **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Expansão da Rede Federal.** Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 15 out. 2023.
- CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, p. 83-105, 2005.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** São Paulo: Cortez, 2005. v. 1, p. 175.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRINSPUN, Mirian Paura Zippin. **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999.

GRINSPUN Mírian Paura S. Zippin **Educação tecnológica: desafios e perspectivas** / (org.) - 2. ed - São Paulo : Cortez, 2001.

KUNZE, Nádia Cuiabano. **O surgimento da rede federal de Educação Profissional nos primórdios do Regime Republicano Brasileiro**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Natal, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task. Acesso em: 20 out. 2023.

MOLL, Jaqueline, **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo**, 2010. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_profissional_e_tecnol%C3%B3gica_n/pIR8WXF1HQYC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+profissional+e+tecnol%C3%B3gica&printsec=frontcover. Acesso em: 20 out. 2023.

NEVES, Lúcia Maria W. **Educação: um caminhar para o mesmo lugar**. In: LESBAUPIN, IVO (org.) O desmonte da nação – balanço do governo FHC. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política**. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/1SF/o_trabalho_como_principio_educativo_frente_as_novas_tecnologias.pdf. Acesso em 02 out. 2023.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, Caxambu, MG. v. 12, n. 34, 152-165, jan./abr.2007.

SENADO NOTÍCIAS, **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em 06 nov. 2023.

SOUZA, Paulo Renato. **Os desafios para a educação no limiar do novo século**. In: VELLOSO, João P. dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto (Orgs.). Um modelo para a educação no século XXI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.